

A P R E S E N T A Ç Ã O

Conselho Editorial

Este número da Revista do Serviço Público traz novidades editoriais. Com a reorientação da linha de publicações da ENAP, passamos a definir a RSP como um veículo de caráter acadêmico especializado, voltado a estimular a reflexão e o debate sobre administração pública e gestão governamental. Visamos atingir, como público-alvo, a comunidade de pesquisadores e altos administradores públicos comprometidos com a análise e superação dos atuais níveis de performance *do aparelho do Estado, no Brasil e na América Latina*.

A Revista deixa de ser temática, passando a publicar artigos segundo a ordem de recebimento. A avaliação dos artigos é feita por no mínimo três pareceristas, à semelhança das demais revistas científicas. Nosso trabalho editorial consiste ainda na busca de artigos de interesse, publicados em periódicos estrangeiros, cuja abordagem e temática tragam relevante contribuição à reflexão sobre políticas administrativas e gestão pública.

Os textos reunidos neste número suscitam o debate em torno da formação e da informação, dois aspectos fundamentais para a melhoria do desempenho do setor público. Abordam ainda a reforma fiscal, com a contribuição de dois importantes especialistas na matéria.

A formação de quadros gerenciais para o Estado é tema complexo, que se interrelaciona com o modelo de administração desejado, com os novos paradigmas gerenciais, e ainda com o desenvolvimento de trajetórias profissionais no setor público. Estes temas são tratados por diversos autores aqui reunidos.

Dewitt John e seus colaboradores, discutindo o conceito de *nova governança* para o governo federal, aponta como novos paradigmas para a administração pública o uso de abordagens mais flexíveis e mais orientadas para resultados.

A contribuição de Rodríguez-Mena permite traçar o perfil desejado dos gestores no contexto atual, caracterizado por uma cres-

cente complexidade organizacional e por influências de uma ampla gama de atores sociais interdependentes. Pode-se assim falar de novos paradigmas gerenciais, que implicam novos requisitos para a atuação dos gestores. Neste contexto, cabe ao gestor desempenhar um trabalho constante de avaliação, questionamento, redefinição de estratégias, exercendo permanentemente sua habilidade de negociar.

Um outro texto permite abordar criticamente as análises tradicionais de carreira no setor público. Ao analisar as expectativas e trajetórias profissionais no setor público, Ross Schneider discute as conexões entre a burocracia estatal e o mundo dos negócios. Preenche, assim, uma lacuna no tratamento do tema do insulamento burocrático, que tradicionalmente enfoca as relações entre burocratas e políticos. Para tanto, discute o tema a partir da experiência de cinco países: Japão, França, Estados Unidos, México e Brasil. A partir da ampla gama de variações encontrada, o autor questiona o caráter universalizante das teorias da burocracia.

Como resultado de pesquisa realizada na ENAP, Castro Santos e Brito discutem uma política de recursos humanos face às exigên-

cias contemporâneas do Estado e da sociedade. Afirmam a importância desta política, sem a qual qualquer reforma administrativa não terá êxito. Refletem, assim, sobre o perfil profissional dos gestores públicos, bem como sobre o desenho e promoção de ações de formação destes quadros.

Osizlak também discute o tema das demandas de formação de administradores públicos, a partir da experiência da Argentina. Levando em consideração o marco institucional em que se aplicam os conhecimentos adquiridos, o autor discute o novo perfil do Estado, para a partir daí refletir sobre os condicionantes qualitativos e quantitativos que envolvem as políticas de formação de quadros para o setor público.

O problema da informação no âmbito das ações do Estado é abordado por Jardim, quando compara o direito à informação e o direito à privacidade inerente à vida dos cidadãos. Suas reflexões abrangem as questões relativas à transparência administrativa, à racionalidade característica da sociedade capitalista, à relação entre burocracia e informação e à gestão da informação governamental. Enfatizando o contexto Latinoamericano conclui que a problemática da transparência ou opacidade informacional

deve ser incluída na pauta de todos os projetos de reforma, merecendo, a informação, investigações que considerem as distintas experiências das sociedades de capitalismo avançado e dos países de terceiro mundo.

Os dois outros textos discutem a reforma fiscal. Rezende descreve alguns princípios básicos para a avaliação da reforma fiscal e analisa a evolução da estrutura tributária no país, de modo a fazer uma projeção dos possíveis rumos a serem tomados no decorrer deste processo. Apresenta um modelo de reforma tributária baseado no sistema adotado na maior parte do mundo moderno que abrange renda, consumo e propriedade.

Por fim, Gandra Martins analisa o sistema tributário nacional, identifica seus principais problemas, situa as propostas e discussões que vêm sendo apresentados nos últimos anos e sugere uma proposta de reforma para conformação de um novo sistema tributário para o país. Além disto, aprofunda as discussões sobre a questão da Federação e das formas de compensar os efeitos de mudanças nas suas esferas de competência.

Finaliza este número da Revista do Serviço Público o registro de

extratos de pesquisas e resenhas de publicações e pesquisas sobre políticas administrativas.